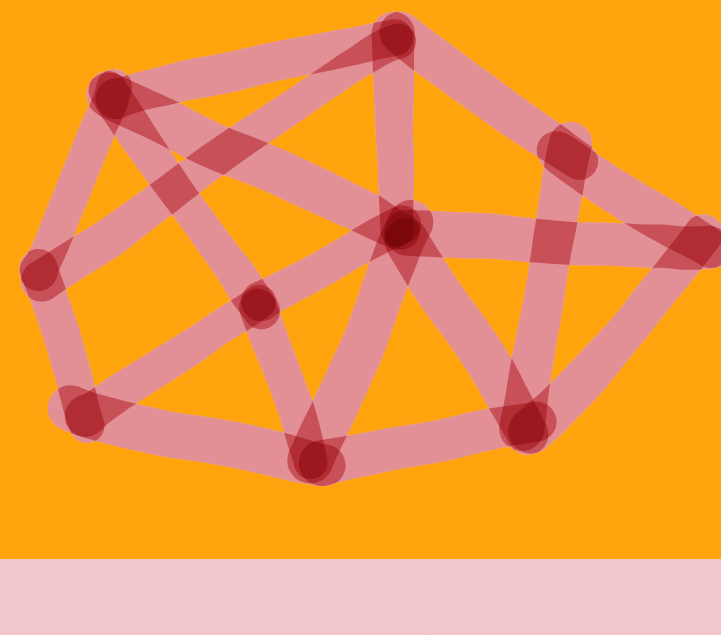


Comunidade de Práticas em Educação Integral Antirracista



A formação integral é uma tarefa complexa que demanda ações articuladas entre diferentes atores, sistemas e redes de proteção e promoção de direitos.

Por isso, a troca de experiências, aprendizados, conhecimentos e, sobretudo, de ações que foram bem-sucedidas na promoção da Educação Integral é tão fundamental.

Atenta a esse movimento, a pesquisa-ação “Territórios Educativos e Educação Integral em contextos de crise: caminhos para a transformação das redes e escolas brasileiras” criou a

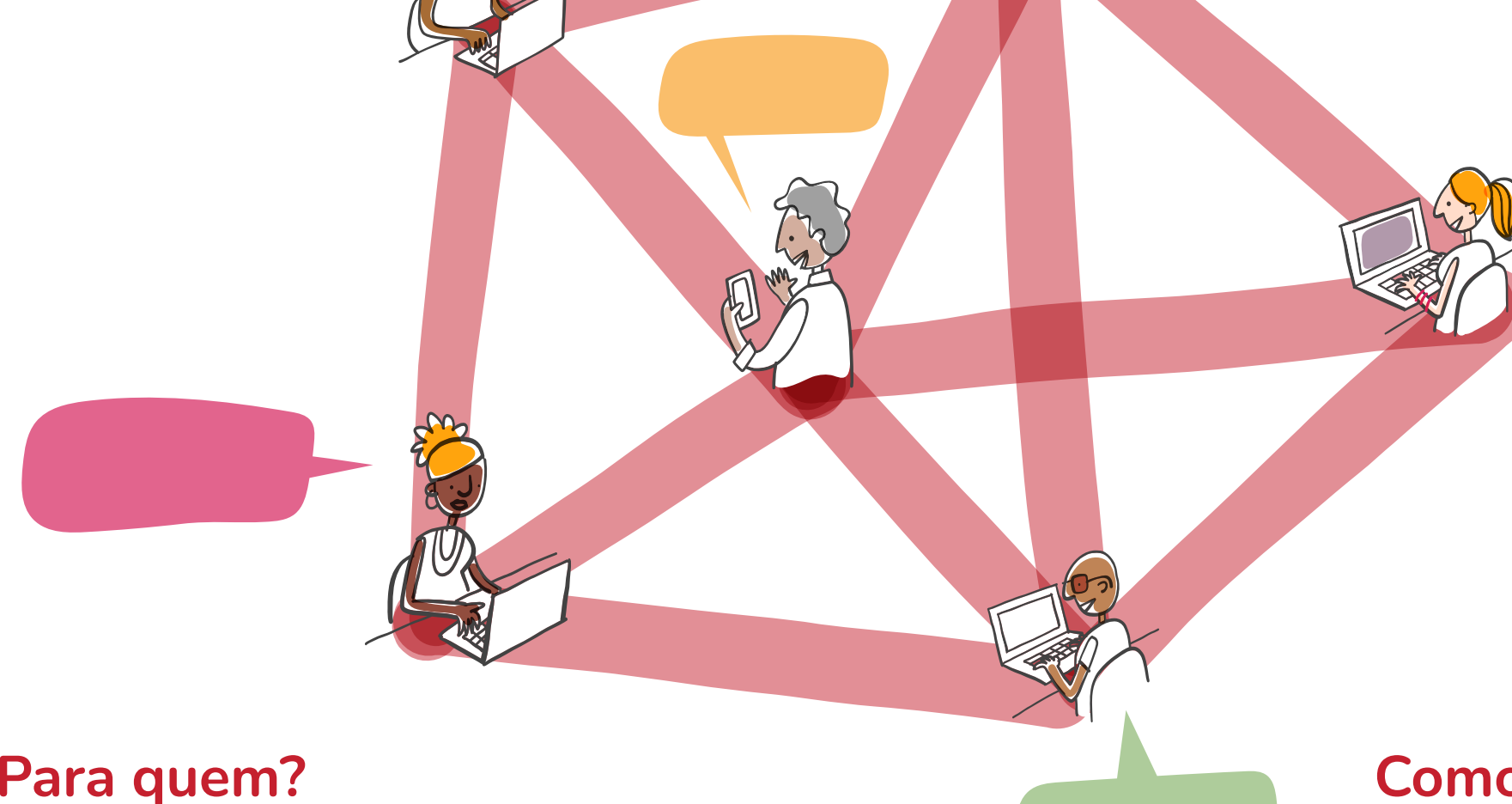
Comunidade de Práticas em Educação Integral Antirracista.

1 2 3 4 Comunidade de Práticas

O que é uma Comunidade de Práticas?

O que é?

Espaço de troca e aprendizado contínuo a partir da partilha de práticas territorializadas de Educação Integral Antirracista.



Qual objetivo?

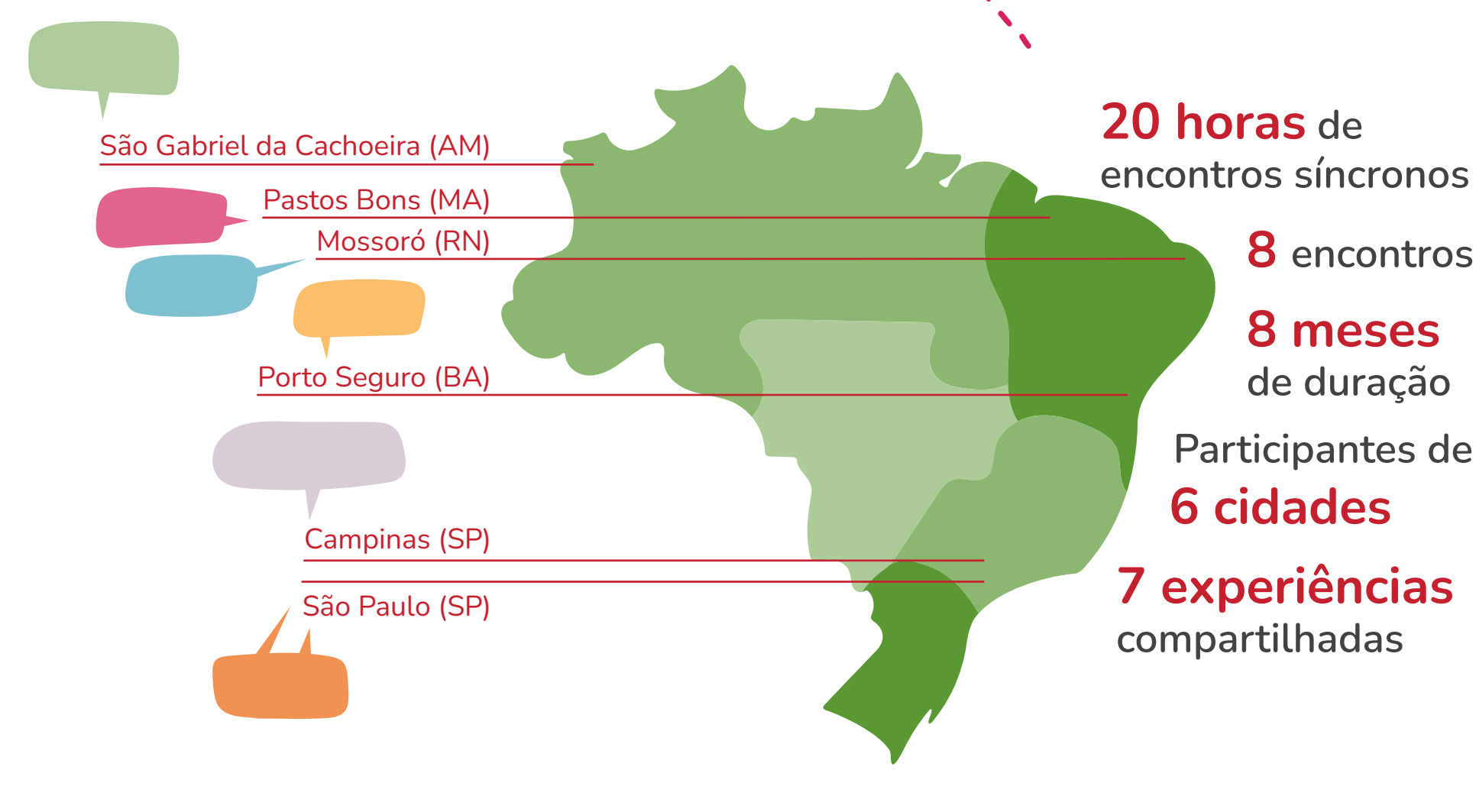
Consolidar uma rede que compartilhe experiências e estudos em Educação Integral Antirracista, estimulando processos de investigação, colaboração e articulações entre pessoas e organizações para ampliar a incidência dessa agenda.

Para quem?

Destinada a secretarias municipais e estaduais de Educação; escolas públicas e privadas com práticas em Educação Integral Antirracista; instituições de Ensino Superior e pesquisadores da área; e organizações educativas formais e informais, provenientes da sociedade civil e de movimentos sociais ligados ao direito à Educação.

Como funciona?

Em encontros virtuais síncronos, promove aprofundamento teórico, compartilhamento de experiências e construção de estratégias para fortalecer a Educação Integral Antirracista.



20 horas de encontros síncronos

8 encontros

8 meses de duração

Participantes de **6 cidades**

7 experiências compartilhadas

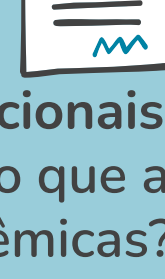
Os três campos temáticos

A partir das primeiras experiências na Comunidade, emergem três campos temáticos que ajudam a categorizar as práticas educacionais antirracistas e sistêmicas do grupo. Os campos dão visibilidade para as singularidades das experiências e evidenciam a sua interdependência.



Construindo a rede-escola: a prática de pesquisa e a produção de conhecimentos e seus saberes

Educação Integral

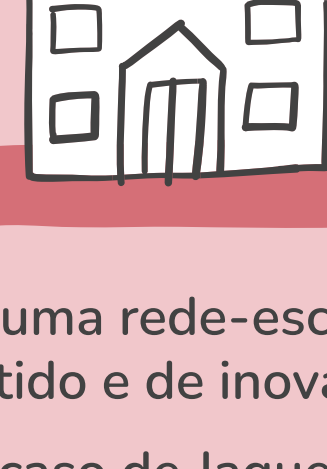


Políticas públicas educacionais para garantia de direitos: o que as torna sustentáveis e sistêmicas?

Trajetórias de vida e comunidades: Educação para Direitos, produzindo conhecimentos e novos mundos em relação

Construindo a rede-escola:

a prática de pesquisa e a produção de conhecimentos e seus saberes



Escola



Universidade



Em uma rede-escola, diversos atores estão envolvidos na produção cotidiana de conhecimento, de sentido e de inovação por meio de seus saberes relacionados entre si.

É o caso de Jaqueline Ferreira, de nome indígena Simirã Pataxó, e de Aline Silva Ferreira, Tamykwã Pataxó. Elas são estudantes da licenciatura interdisciplinar em Artes da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e trabalham com Educação Escolar Indígena em Coroa Vermelha, na aldeia indígena Pataxó, localizada entre Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, na Bahia.

Hoje mestranda na UFSB, Simirã afirma que o caráter interdisciplinar da universidade possibilitou que ela aprendesse um pouco sobre diferentes áreas do conhecimento até optar pela licenciatura em Artes.

“Eu sempre tive o reconhecimento de mim como indígena. Mas a partir da interdisciplinaridade da universidade e com os professores, comecei a entender que também sou uma mulher preta. A formação veio não só para eu fazer o trabalho na instituição que quero, seja dentro ou fora da minha comunidade, mas fez eu me formar para mim. Hoje tenho orgulho de me conhecer e reconhecer e dizer isso para os meus filhos.”

Simirã Pataxó

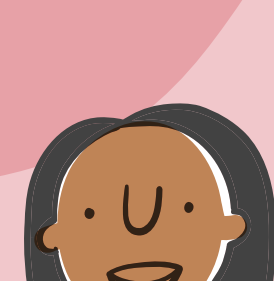


Foto: Tamykwã Pataxó

Tamykwã, por sua vez, trabalha atualmente com estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Indígena de Coroa Vermelha, ensinando sobre a cultura indígena, as vivências, cânticos, danças e treino e preparação de jogos indígenas realizados na comunidade. Para ela, a interdisciplinaridade permite que estudantes universitários tenham acesso a diversos conhecimentos, que, posteriormente, serão trabalhados com as crianças e adolescentes.

Daniel Puig, professor da dupla na UFSB, reforça a importância de instituições de ensino não só promoverem a inclusão de estudantes diversos, mas também trabalharem para garantir sua permanência. Estudantes como Simirã e Tamykwã podem inspirar que outras pessoas indígenas enxerguem a universidade como uma possibilidade.

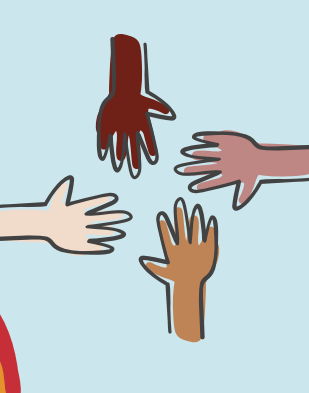
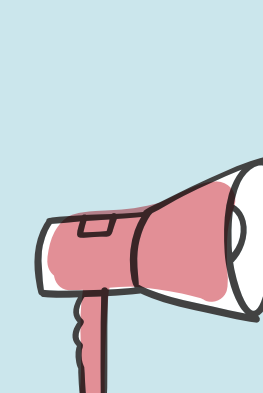
Políticas públicas educacionais para garantia de direitos:

o que as torna sustentáveis e sistêmicas?

Enquanto promotor de justiça do Rio Grande do Norte, Olegário Gurgel optou por realizar uma análise pelas escolas do município de Mossoró (RN) sobre a abordagem do racismo e o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 – que tornam obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos públicos e privados de Ensino Fundamental e de Ensino Médio.

Como resultado da abertura de um procedimento administrativo a fim de conhecer as experiências educacionais, o promotor de justiça recebeu inúmeros relatos e documentos das escolas, alegando que já realizam ações abordando as temáticas. Olegário notou, entretanto, a partir de visitas a algumas escolas, que existia uma desconexão entre o que acontecia na prática e o que foi descrito nos documentos submetidos.

LDB



“Cada vez mais estou entendendo que é preciso dialogar com as escolas. E, nesses diálogos, busco provocar reflexões sobre a identidade dessa comunidade escolar e se ela pode buscar, para além de seus muros, uma inspiração para produzir um conhecimento que seja a construção de um valor em si, a partir dessa provocação sobre o letramento racial e a Educação Antirracista.”

Olegário Gurgel



Foto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN)

Diante disso, passou a questionar-se, junto às escolas, como a rede pública de ensino pode promover a construção de valores e a mudança de atitudes a partir do compromisso com o letramento racial e o antirracismo. O desafio, entretanto, é produzir um chamamento que ressoe entre as mais de 200 escolas da rede, que precisam encarar a determinação legal com seriedade, combater as violências e discriminações que acontecem no espaço escolar e desenvolver ações de forma autônoma, e não como uma resposta à provocação do promotor de justiça.

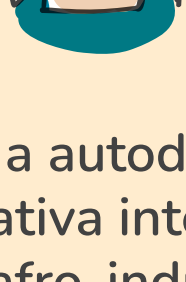
Trajetórias de vida e comunidades:

Educação para Direitos, produzindo conhecimentos e novos mundos em relação



“A escola está inserida no bairro Jardim Novo Flamboyant e tem um de seus portões de frente para a comunidade Buraco do Sapo, onde mora a maioria dos alunos. A partir da aplicação do Censo Escolar, constatamos que a maioria dos estudantes se declaram como negros, alguns indígenas e muitas pessoas vieram da região Nordeste. Diversas vezes, os alunos [e alunas] não se reconhecem e nem sempre sabem de onde vieram, não conhecendo sua ancestralidade e seu passado. Eu tenho aprendido e ensinado muitas coisas que são diferentes do cotidiano pedagógico que nós vivenciamos normalmente. Ter uma visão antirracista é uma prioridade na escola.”

Tatiana Vilela



Investir na formação, no reconhecimento e empoderamento de estudantes são os principais objetivos do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental e de Educação de Jovens e Adultos (EMEFEI/EJA) Raul Pila, de Campinas (SP).

Por ser tema gerador do PPP até 2023 e 2026, a Educação Antirracista é o fio condutor de três ações desenvolvidas em 2025: o Censo Antirracista, o projeto Quizomba e a Marcha Dandara e Zumbi dos Palmares. E, como não poderia deixar de ser, cada uma dessas ações está intimamente ligada a outra, evidenciando a força de um projeto antirracista que mobiliza toda a comunidade, como conta Tatiana Vilela, professora da disciplina Cultura, Identidade e Lugar.



Fotos: Tatiana Thiers

Enquanto o Censo Antirracista promove a autodeclaração das crianças e dos profissionais, o projeto Quizomba consiste em uma iniciativa interdisciplinar destinada à exploração de situações de aprendizagem com foco na temática afro-indígena. O corpo docente apresenta a ementa da sua quizomba e o grupo de estudantes escolhe aquela que mais interessa.

Para fechar, a Marcha Dandara e Zumbi dos Palmares chega, em 2025, a sua 4ª edição, mostrando à turma que ela tem o direito de ocupar as ruas e incentivando, desde cedo, que os alunos e alunas enxerguem e valorizem quem são e tenham orgulho de si e de suas histórias.

Refletir e consolidar bases sistêmicas para os territórios

Ao conectar as diversas experiências em um mesmo coletivo, a Comunidade de Práticas proporcionou o adensamento do olhar sistêmico, possibilitando que o enfrentamento ao racismo e ao sexismo no espaço escolar possam produzir transformações cada vez mais sustentáveis.

Aponte a câmera do seu celular para os QR Codes



Fique por dentro da iniciativa.

Pesquisa e realização

Parceria

Produção

